Acervo ISA

FSP 22/12/97 1-8 Tapirapé 72

QUESTÃO INDÍGENA *Membros de aldeias se endividam para comprar redes e mantimentos e pagam com peixes subavaliados*

Comerciante ilegal explora índios em MT

RUBENS VALENTE
da Agência Folha,
em Santa Terezinha

Índios tapirapés e carajás, no norte de Mato Grosso, são aliciados por contrabandistas de peixe do Pará. Os pescadores fornecem aos índios alimentação e redes a preços superfaturados e descontam tudo na hora da compra do peixe, o que acaba prendendo os índios a dívidas impagáveis, numa situação análoga à de trabalho escravo.

A acusação é do Comitê Interinstitucional de Fiscalização Ambiental (Cifa), criado pela Fema (Fundação Estadual de Meio Ambiente) de Mato Grosso e que atua em conjunto com Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Funai (Fundação Nacional do Índio), Polícia Florestal, outros órgãos públicos e organizações não-governamentais.

"É um sistema que leva os índios à escravidão", disse o coordenador da operação que confirmou a pesca ilegal em Santa Terezinha (MT), a 1.200 km de Cuiabá, Paulo José Barbosa, 37.

O economista da Funai de Brasília Vicente Luiz de Almeida, 56, que acompanhou a operação em novembro, considerou o caso "gravíssimo" e "uma escravidão".

Os fiscais citaram o caso de um índio tapirapé, Pedro Tiaureté, que declarou estar devendo mais de R$ 1.000 aos pescadores, por venda adiantada de gêneros alimentícios e redes.

Os pescadores compram o litro do óleo de cozinha a R$ 0,90 nas cidades e os revendem nas aldeias a R$ 5. Em contrapartida, o quilo do pirarucu é adquirido dos índios a R$ 0,50 e revendido nas cidades a até R$ 5.

O peixe mais procurado pelos pescadores é o pirarucu, conhecido como "bacalhau de água doce", que pode atingir 1,60 m e render 40 quilos de carne. Sua pesca é proibida no Pará entre outubro e maio e, em Mato Grosso, entre novembro e janeiro.

A tarefa dos índios consiste em pegar o peixe com rede e o levar até a divisa com o Pará, por cerca de 60 km de barco pelo rio Araguaia, margeando a ilha do Bananal.

Segundo a equipe do Cifa, os receptadores aguardam os índios na divisa. O peixe é colocado em caminhões e levado até Belém, onde é vendido livremente.

Os fiscais disseram que a carga é "esquentada" em escritórios do fisco no interior do Estado, ou seja, os comerciantes ilegais obteriam notas fiscais que regularizam a origem do pescado.

O Cifa também averigua a possibilidade de parte desse pescado entrar no Tocantins e acabar parando em Goiânia, Brasília e mesmo São Paulo.

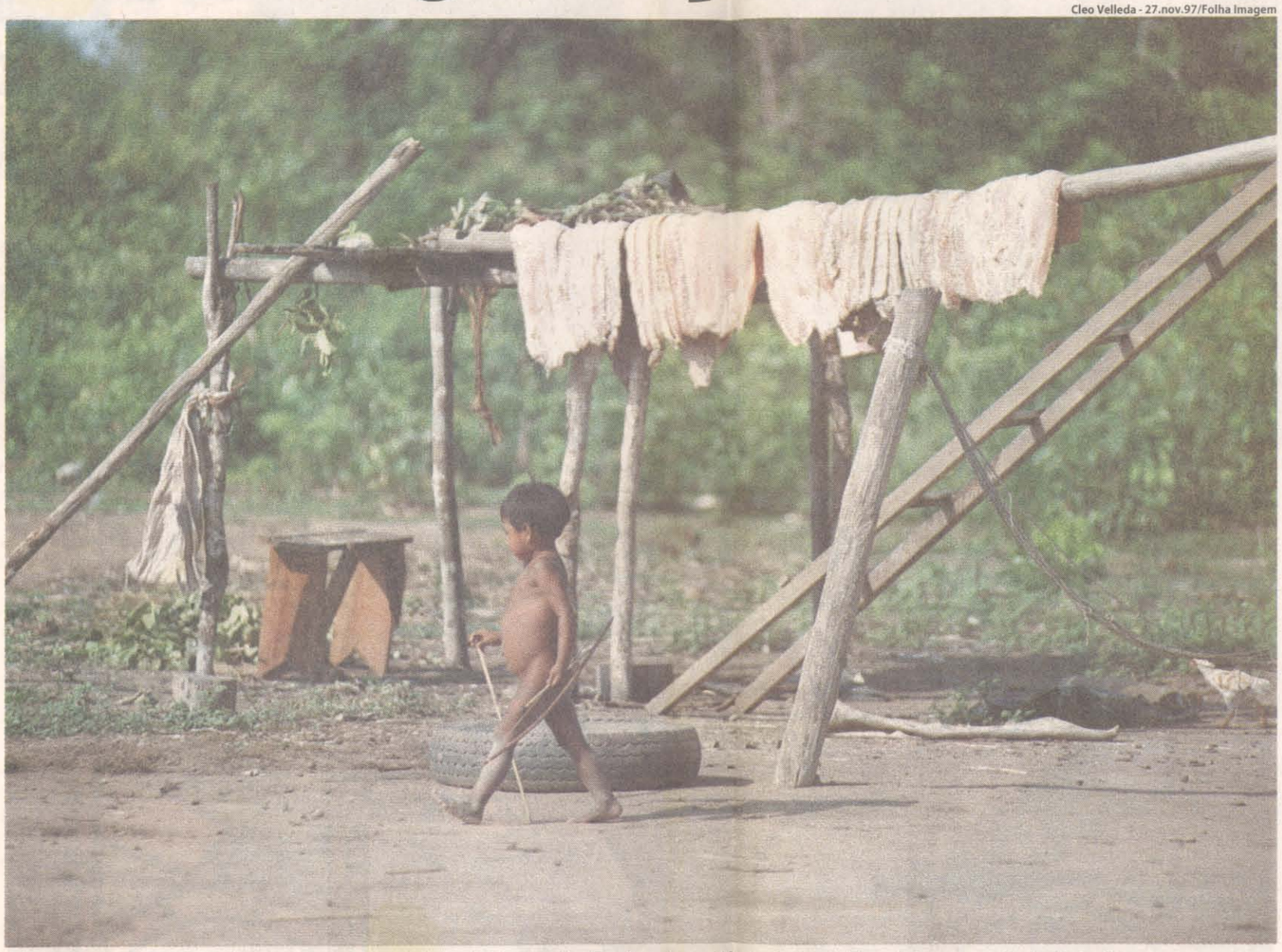
Os pescadores fornecem aos índios redes de 50 a 60 metros, o que possibilita pegar até cinco toneladas de pirarucu num dia. Após receber a rede, o índio fica comprometido em dividir com o pescador tudo o que pegar.

A equipe do Cifa encontrou, em novembro, pelo menos duas toneladas de pirarucu armazenadas numa casa na comunidade de Lago Grande, onde há índios e brancos, em Santa Terezinha.

Na operação anterior, em setembro, os fiscais acharam 87 cabeças de pirarucu em uma casa.

A pesca predatória do pirarucu está repercutindo no equilíbrio do rio Araguaia e afluentes, segundo os fiscais. O peixe é o maior inimigo natural da piranha, cuja população tem crescido nos rios a cada ano, o que pode afetar a reprodução de outras espécies.

Cleo Velleda - 27.nov.97/Folha Imagem



Criança passa por peixe pirarucu que seca ao sol em aldeia da tribo Tapirapé, na cidade de Santa Terezinha, no norte do Mato Grosso

Editoria de Arte/Folha Imagem

Tribo confirma aliciamento

da Agência Folha

O diretor da escola da reserva indígena Tapirapé/Carajá, em Santa Terezinha (MT), e filho do cacique da aldeia, Kaoewygi Reginaldo Tapirapé, 24, confirmou que índios da sua tribo foram aliciados por comerciantes ilegais.

Reginaldo afirmou que a aldeia está "prensada" entre fazendas de pecuária, o que provoca a diminuição da caça e obriga os índios a saírem da aldeia para obter dinheiro com a venda de peixe e também de tartarugas.

O tapirapé disse que uma das consequências da pesca predatória é a escassez de peixes na região, que já é sentida.

A assistente social Regina Rodrigues, 31, do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que trabalha há três anos na aldeia, disse que os índios também estão buscando alternativas, com plantações de subsistência de arroz, milho, banana e mandioca.